

Ministério da Economia autoriza a contratação de 234 mil servidores temporários para o IBGE



Ministério da Economia autoriza a contratação de 234 mil servidores temporários para o IBGE - O Ministério da Economia (ME) autorizou, nesta segunda-feira (06), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contratar 234.416 profissionais para atuar temporariamente no Censo Demográfico 2020. A Portaria nº 207 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

A convocação dos servidores temporários dependerá de prévia aprovação dos candidatos em processo seletivo simplificado. De acordo com a portaria, os profissionais poderão ser contratados a partir de janeiro de 2020.

A remuneração será definida pelo próprio IBGE em edital. A duração dos contratos é de até um ano, podendo ser prorrogados, desde que não exceda três anos.

O edital de abertura de inscrições para o processo seletivo será publicado no prazo máximo de até seis meses, contado a partir deste mês de maio de 2019.

Questionário reduzido

Renda, deslocamento, espaço urbano, migração e nupcialidade são temas que devem ter a investigação reduzida no Censo 2020, no corte do questionário que a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, pretende realizar. Essas propostas foram feitas por técnicos e surgiram depois que Susana pediu à equipe que reduzisse as perguntas. Mais de 200 funcionários do IBGE se reuniram, nesta terça, em assembleia, na porta do prédio na Avenida Chile, no Centro do Rio, para protestar contra a saída dos diretores de Pesquisas, Cláudio Crespo, e Informática, José Bevilacqua, e defender o Censo.

Entre as mudanças que o sindicato quer impedir está a decomposição do rendimento dos domicílios. Não se perguntaria mais o que é do trabalho, de aposentadorias e pensões, de aluguéis ou de benefícios sociais (como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada), mas apenas o rendimento total.

Outro bloco que pode sair do questionário é o de deslocamento para educação, que levanta o tempo gasto no percurso e como as crianças chegam na escola, se a pé, de ônibus ou de bicicleta, por exemplo.

O bloco de migração também sofreria cortes, como a pergunta sobre o tempo que a pessoa vive em determinado estado. Sairiam também os dados de nupcialidade. E a apuração sobre tablet ou smartphone no domicílio deixaria de ser feita pelo Censo.